



GERAL.

Projeto de lei propõe incluir animais em medidas protetivas contra violência doméstica no Paraná

Proposta apresentada na Assembleia Legislativa do Paraná prevê inclusão de animais de estimação em medidas protetivas para vítimas de violência doméstica

Um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná propõe ampliar a proteção em casos de violência doméstica, incluindo animais de estimação nas medidas protetivas de urgência concedidas às vítimas. A proposta foi protocolada na quinta-feira (9) pelo deputado estadual Marcelo Rangel (PSD), vice-líder do governo no Legislativo estadual. O texto prevê

que cães, gatos e outros animais com vínculo afetivo com a vítima possam ser contemplados pelas decisões judiciais, reconhecendo sua presença no núcleo familiar. A medida estabelece que, ao ser identificada a existência de animais no ambiente doméstico, as autoridades poderão estender a eles as mesmas proteções aplicadas à vítima. Entre as medidas

previstas estão o afastamento do agressor do local de convivência, a proibição de contato com o animal, a garantia de permanência sob os cuidados da vítima ou de pessoa indicada, além da possibilidade de encaminhamento para abrigo provisório com apoio de órgãos públicos e entidades de proteção animal. O projeto determina que autoridades policiais, Ministério Público, Defensoria

Pública e o Poder Judiciário verifiquem, desde o início das ocorrências, a presença de animais no ambiente familiar. Também autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias com municípios, universidades e organizações da sociedade civil para assegurar acolhimento adequado aos animais. Na justificativa, o autor da proposta afirma que a iniciativa

se baseia na chamada "Teoria do Elo", que aponta a relação entre a violência contra animais e a violência contra pessoas. "O projeto reconhece a realidade da família multiespécie, na qual animais de companhia integram o núcleo afetivo e busca romper o ciclo de violência, protegendo não apenas a vítima humana, mas também os animais que fazem parte desse ambiente", declarou.

A proposta não altera diretamente legislações federais já existentes, como a Lei Maria da Penha e a Lei de Crimes Ambientais, mas busca ampliar sua aplicação no âmbito estadual. Segundo o texto, a iniciativa tem baixo custo, por depender principalmente de ajustes procedimentais e da integração entre instituições já existentes na rede de proteção.

GERAL.

Pesquisa aponta que 1 em cada 5 gestantes abandona pré-natal no Brasil

Estudo revela que 20% das gestantes no Brasil não concluem o pré-natal, com desigualdades ligadas à escolaridade, renda e região



Quase a totalidade das gestantes brasileiras realiza a primeira consulta de pré-natal, mas uma parcela significativa não conclui o acompanhamento mínimo recomendado durante a gestação. Dados de um estudo do Centro Internacional de Equidade em Saúde, da Universidade Federal de Pelotas, indicam que uma em cada cinco mulheres interrompe o ciclo de consultas antes do final.

A pesquisa, baseada em dados de 2023 do

Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), mostra que a cobertura da primeira consulta atinge 99% das gestantes, mas esse percentual cai para 79% na última consulta recomendada. O levantamento teve como objetivo avaliar o cumprimento da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, que elevou para sete o número mínimo de consultas pré-natais.

A pesquisadora Luiza Eunice Sá da Silva

explicou que o estudo buscou medir o nível de adesão ao novo padrão definido pelo governo federal.

Luiza Eunice Sá da Silva afirmou: "No caso das adolescentes, por exemplo, isso ocorre porque muitas delas descobrem a gravidez tarde, com pouco tempo para a conclusão das sete consultas."

Os dados indicam que a escolaridade é um dos principais fatores associados à continuidade do

acompanhamento. Entre mulheres com 12 anos ou mais de estudo, 86,5% completam o ciclo de pré-natal. Já entre aquelas sem escolaridade, esse índice cai para 44%.

O estudo também aponta desigualdades raciais no acesso e permanência no pré-natal. Mulheres indígenas apresentam os menores índices de conclusão, com 51%, enquanto entre mulheres brancas o percentual é de 84%. Entre pretas e pardas, os índices são de 76% e 75%, respectivamente.

Além disso, a queda entre a primeira e a última consulta é mais acentuada entre indígenas, com redução de 46 pontos percentuais, em comparação a 15,3 pontos entre mulheres brancas.

As diferenças regionais também são relevantes. A região Norte apresenta a menor taxa de conclusão das sete consultas, com 63%. Já o Sul registra o melhor desempenho, com 85%. As demais regiões apresentam índices intermediários: Sudeste (81%), Centro-Oeste

(77%) e Nordeste (76%).

A idade também influencia os resultados. Entre gestantes com menos de 20 anos, 68% completam o ciclo de consultas, enquanto entre mulheres com mais de 35 anos esse percentual chega a 83%.

A pesquisa não detalha todas as causas do abandono, mas aponta fatores como dificuldades de acesso aos serviços de saúde, limitações financeiras e questões logísticas, especialmente em populações mais vulneráveis.

A gerente de investimento e impacto social da Umane, Evelyn Santos, destacou a necessidade de análise local para enfrentamento do problema.

Evelyn Santos afirmou: "Uma vez que as condições de vida da gestante na rede de saúde são muito diferentes em cada território, e mesmo em cada bairro, o primeiro passo deve ser entender as barreiras e os facilitadores de cada local."

O estudo também

foi analisado pelo epidemiologista Cesar Victora, que destacou a importância do acompanhamento regular durante a gestação.

Cesar Victora afirmou: "Sete consultas não são um número arbitrário, mas o mínimo necessário para acompanhar o ritmo acelerado da vida intrauterina. Sem esse monitoramento regular, perdemos a oportunidade de tratar precocemente condições como infecções, hipertensão, diabetes gestacional."

Segundo o especialista, a ampliação da qualidade do atendimento deve ser acompanhada por ações que reduzam as desigualdades de acesso, evitando que grupos mais vulneráveis fiquem ainda mais distantes das metas estabelecidas.

O estudo integra iniciativas voltadas à avaliação de políticas públicas de saúde e aponta a necessidade de estratégias específicas para garantir a continuidade do pré-natal em todo o país.



IMPRENSA OFICIAL

DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO



Publicação de atos oficiais, editais, decretos, avisos de licitações, súmulas, atas, desmembramentos e outras publicações legais.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993 - CNPJs: nº 68.821.735/0001-10 | nº 68.821.735/0002-09
atosoficiaisj@hotmmail.com - artes@jornaldafronteira.com.br



SERIEDADE E CREDIBILIDADE
Bisemanal - terça e quinta
3.000 exemplares por edição.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993.
CNPJ nº 68.821.735/0001-10 - Barracão - Paraná
CNPJ nº 68.821.735/0002-09 - Dionísio Cerqueira - Santa Catarina
Telefone/WhatsApp: (49) 3644 - 1724 / (49) 9.8409-0431

ANUNCIE NO JORNAL,
NOS PROGRAMAS OU
NOS MEIOS DIGITAIS

(49) 3644 - 1724

E-mail Geral
jornaldafronteiranoticias@gmail.com
(Para assuntos de redação, matérias, coberturas, publicações no site e nas redes sociais)

E-mail Administrativo
diretor@jornaldafronteira.com.br
(Para assuntos administrativos, contratos e jurídicos)

E-mail Comercial
comercial@jornaldafronteira.com.br
(Para assuntos comerciais, orçamentos e financeiros)

E-mail Editais
atosoficiaisj@hotmmail.com
(Para assuntos sobre artes gráficas e publicações de editais)

ASSINATURAS ICP-BRASIL

Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicidade Legal: É um ato técnico/obrigatório.
Publica-se editais, atas e balanços para atender à lei,
evitando multas e garantindo conformidade.



JORNAL DA FRONTEIRA

VENDE-SE JORNAL VELHO

R\$ 8,00 reais o kg

Rua Bahia, 154 – Centro, Barracão

Na porta entre a Sport Center e o
Consultório do Dr. Carlos Maran

GERAL.

Mergulhador morre durante trabalho em navio no litoral do Paraná

Profissional de 42 anos morreu durante limpeza de casco de navio em alto-mar, próximo a Paranaguá; caso é apurado pelas autoridades

Um mergulhador de 42 anos morreu no fim da manhã de domingo (12) enquanto realizava a limpeza do casco de um navio em alto-mar, na região de Paranaguá, no litoral do Paraná. A vítima foi identificada como Fernando de Freitas Maceno.

O Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar foram acionados pelos colegas de trabalho, que relataram dificuldades nas condições de operação devido ao estado do mar. Segundo informações repassadas à equipe policial, havia forte ondulação no momento do serviço, o que levou parte da equipe a retornar à embarcação.

De acordo com os relatos, Fernando permaneceu na água para

tentar concluir a limpeza. Ele era considerado o profissional mais experiente do grupo. Pouco tempo depois, os colegas visualizaram o corpo do mergulhador boiando, com sinais de sangramento na cabeça e em outras partes do corpo.

Ainda conforme os trabalhadores, a escova de metal utilizada na máquina de limpeza apresentava danos após o ocorrido. O corpo foi retirado da água pela equipe e levado até a região de marinas de Pontal do Sul, no município de Pontal do Paraná.

A empresa VSP Offshore, responsável pela atividade, divulgou nota lamentando a morte do funcionário e

informou que acompanha o caso.

A empresa declarou: “Sua trajetória foi marcada pelo compromisso, pela coragem e pelo respeito com que sempre exerceu sua profissão. Neste momento de dor, nos solidarizamos com seus familiares e amigos, desejando força e conforto para enfrentar essa perda irreparável.”

A empresa também informou que está prestando assistência à família e colaborando com as autoridades nas apurações sobre o acidente.

A companheira de Fernando também se manifestou por meio das redes sociais, destacando a atuação do mergulhador na



profissão.

A companheira declarou: “Partiu fazendo o que amava, explorando as profundezas do mar com coragem e paixão.

Deixa na superfície saudades eternas e um legado de bravura que jamais será esquecido.”

Fernando de Freitas Maceno deixa esposa e

uma filha. O caso será investigado para apurar as circunstâncias do acidente.

GERAL.

Caso de stalking em SC tem nova versão após surgimento de perfil falso

Empresário de Itapema aponta inconsistências em suposto perfil falso e caso de stalking passa a ser investigado com nova linha



O caso de suposto stalking envolvendo um empresário de Itapema, no litoral de Santa Catarina, apresentou novos desdobramentos

após a divulgação de capturas de tela que indicam a possível participação de um terceiro envolvido. As imagens mostram um

perfil afirmando ter se passado pelo empresário em conversas com a mulher investigada.

Na mensagem, o autor do perfil declara

que utilizou identidade falsa durante o contato e que não teria previsto as consequências da situação.

O conteúdo da conversa indica: “Eu sou fake que se passa por você e conversa com ela.” Em outro trecho, a mesma pessoa afirma que “não sabia que ia gerar isso” e pede que o caso não fosse divulgado.

Leandro Gallas afirmou: “Eu achei quatro ou cinco perfis dela já aqui. Então é uma coisa muito louca.”

De acordo com o empresário, o caso teve início em maio de 2024, quando recebeu contato da mulher durante o período de enchentes

no Rio Grande do Sul. A abordagem inicial, segundo ele, envolvia oferta de doações, mas evoluiu para mensagens consideradas desconexas.

O relato indica que, posteriormente, a mulher passou a enviar áudios com conteúdos variados e, a partir de janeiro de 2025, teria afirmado manter um relacionamento com o empresário por meio de um suposto perfil falso, cuja existência é negada por ele.

A situação se agravou quando a mulher foi até o local onde o empresário reside e trabalha, acompanhada de uma criança. Segundo o relato, o local possui

monitoramento por câmeras e registrou a presença.

Leandro Gallas informou que registrou boletim de ocorrência e encaminhou as informações às autoridades competentes. Ele também afirmou que não obteve medida protetiva.

A Polícia Civil confirmou que o caso está em investigação e informou que, por se tratar de ocorrência recente, ainda não há desdobramentos conclusivos.

GERAL.

Irã registra mais de 3 mil mortos após bombardeios de Israel e EUA

Autoridades do Irã apontam milhares de mortos após ataques de EUA e Israel, enquanto reação militar e tensão no Estreito de Ormuz elevam risco de escalada



As autoridades do Irã informaram que 3.375

pessoas morreram em decorrência dos

bombardeios atribuídos a Estados Unidos e

Israel desde o fim de fevereiro. Os dados foram divulgados pelo diretor do Instituto de Medicina Legal iraniano, Abbas Masjedi, em declaração à agência estatal IRNA.

Segundo o levantamento, entre as vítimas estão 383 crianças, com predominância de idades entre 1 e 12 anos. O balanço também aponta 2.875 homens e 496 mulheres mortos ao longo de 39 dias de confrontos. Autoridades destacaram ainda a presença de estrangeiros entre as vítimas, incluindo cidadãos de países como Afeganistão,

Síria, Turquia, Paquistão, China, Iraque e Líbano.

Em resposta aos ataques, o governo iraniano anunciou o fechamento do Estreito de Ormuz, considerado um dos principais corredores para o transporte global de petróleo. A medida elevou a preocupação internacional sobre impactos econômicos e logísticos.

Além disso, o Irã realizou ofensivas contra alvos em Israel, bases norte-americanas e estruturas em países da região, incluindo Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos,

Qatar, Kuwait, Jordânia, Omã e Iraque. As ações indicam uma ampliação geográfica do conflito.

O presidente Donald Trump afirmou que a Marinha dos Estados Unidos pode iniciar um bloqueio naval no Estreito de Ormuz de forma imediata, após o encerramento das negociações sem acordo com Teerã.

Trump declarou ainda que o país está preparado para agir no momento considerado adequado, citando preocupações relacionadas ao programa nuclear iraniano como fator central para o agravamento da crise.

GERAL.

Trump ameaça impor tarifa de 50% à China se país ajudar o Irã

Presidente dos EUA ameaça taxar produtos chineses caso haja apoio militar ao Irã e anuncia bloqueio no Estreito de Ormuz após fracasso das negociações

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que poderá aplicar tarifas de até 50% sobre produtos da China caso haja confirmação de apoio militar chinês ao Irã. A declaração foi feita após a divulgação de informações sobre uma possível transferência de sistemas de defesa antiaérea para Teerã.

Segundo relatos divulgados por veículos de comunicação internacionais, há indícios de que o envio de equipamentos militares poderia ocorrer nas próximas semanas, possivelmente por meio de países intermediários.

As informações têm origem em fontes ligadas aos setores de inteligência e defesa norte-americanos.

Trump afirmou que, caso o apoio militar seja comprovado, a resposta dos Estados Unidos será econômica. O presidente indicou que a aplicação de tarifas elevadas seria uma forma de pressionar Pequim, embora tenha demonstrado cautela ao comentar a probabilidade de a ação ocorrer.

A declaração também ocorre em um momento de agenda diplomática, já que está prevista uma viagem de Trump à China em maio, onde deverá se reunir com Xi Jinping.

O encontro acontece em meio a tensões crescentes e após o adiamento de compromissos anteriores.

Paralelamente, o governo norte-americano anunciou medidas militares no Estreito de Ormuz. Trump informou que a Marinha dos Estados Unidos foi instruída a monitorar e interceptar embarcações suspeitas de manter relações financeiras com o Irã na região.

A decisão ocorre após o encerramento de negociações entre Estados Unidos e Irã, que duraram cerca de 21 horas e não resultaram em acordo. O impasse teria sido motivado



pela recusa iraniana em assumir compromissos relacionados ao

desenvolvimento de armamentos nucleares.

A única certeza é que duvido, e se duvido eu penso, e se penso logo existo.

- René Descartes